

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

- Agosto de 1976 -

Preços

Em agosto, os acréscimos de 3,18% no índice de preços médios de produtos vegetais e de 8,96% no de produtos animais deram como resultado uma elevação de 4,77% no índice geral de preços médios recebidos pelos agricultores (figura 1). Ao se excluir o café as evoluções seriam de 11,22% para o índice de produtos vegetais e de 10,16% para o índice geral.

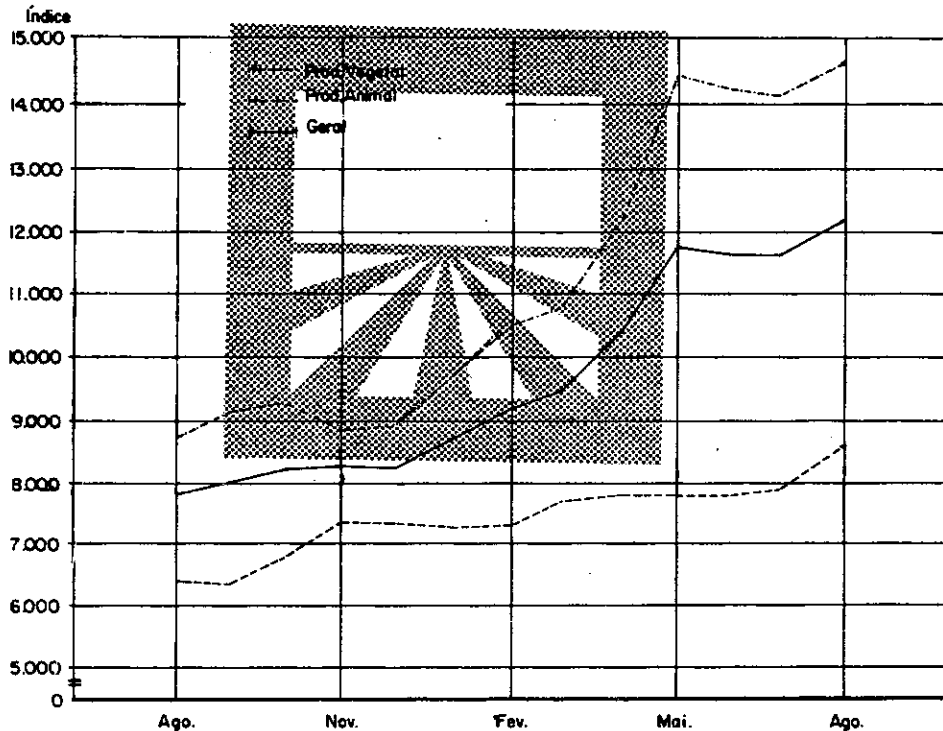


FIGURA 1.- Evolução dos Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, agosto de 1975 a agosto de 1976.
Base: 1961-62=100

Com exceção do café beneficiado (-3,14%), cebola (-1,46%) e suínos (-0,34%), todos os demais produtos que entram na composição do índice geral de preços médios recebidos pelos agricultores tiveram seus preços elevados em relação ao mês de julho. Altas expressivas foram observadas em: banana (59,92%), tomate (25,95%), mandioca (16,84%), feijão (13,33%), leite (12,66%), aves (12,47%) e amendoim em casca (12,45%).

No ano passado, as relações de preços recebidos agosto/julho apresentaram-se com os seguintes valores: 23,53% para o índice geral, resultante dos acréscimos de 38,61% no índice de produtos vegetais e de 1,55% no índice de produtos animais; 24,88% para o índice de produtos vegetais sem café e 12,96% para o índice geral sem café. Tal comportamento foi resultado das ocorrências de geadas em julho de 1975.

Os índices de agosto de 1976 quando comparados com os de dezembro de 1975, mostram que as variações ocorreram da seguinte maneira: produtos vegetais (63,95%); produtos animais (17,61%) e geral (47,31%). Ao se excluir o café teria-se: produtos vegetais (32,01%) e geral (24,97%).

Comparando-se os índices de agosto do corrente ano com os de agosto do ano passado tem-se as seguintes variações positivas: 57,06% para o índice geral, resultante dos acréscimos de 68,21% dos produtos vegetais e de 34,87% dos produtos animais. Subtraindo-se o café, tem-se 34,91% para o geral e 34,95% para os produtos vegetais.

A figura 2 ilustra o comportamento dos índices de preços pagos pela agricultura. Assim, em relação a julho observa-se aumento de 1,74% no índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola; 1,56% no índice de preços de insumos adquiridos no próprio setor agrícola e 1,68% no índice geral. Em 1975, a elevação de 2,65% no índice geral resultou do acréscimo de 1,72% no índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 4,40% no de insumos adquiridos no próprio setor agrícola.

As relações agosto de 1976/dezembro de 1975 apresentaram-se com as seguintes variações positivas: 31,70% para o índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola; 8,04% para o índice de preços de insumos adquiridos no próprio setor agrícola e 22,85% para o índice geral.

A comparação agosto de 1976/agosto de 1975, resulta em acréscimo de 31,68% no índice geral, derivado dos acréscimos de 36,38% no índice de insumos adquiridos fora do setor e de 22,88% no de insumos adquiridos no próprio setor.

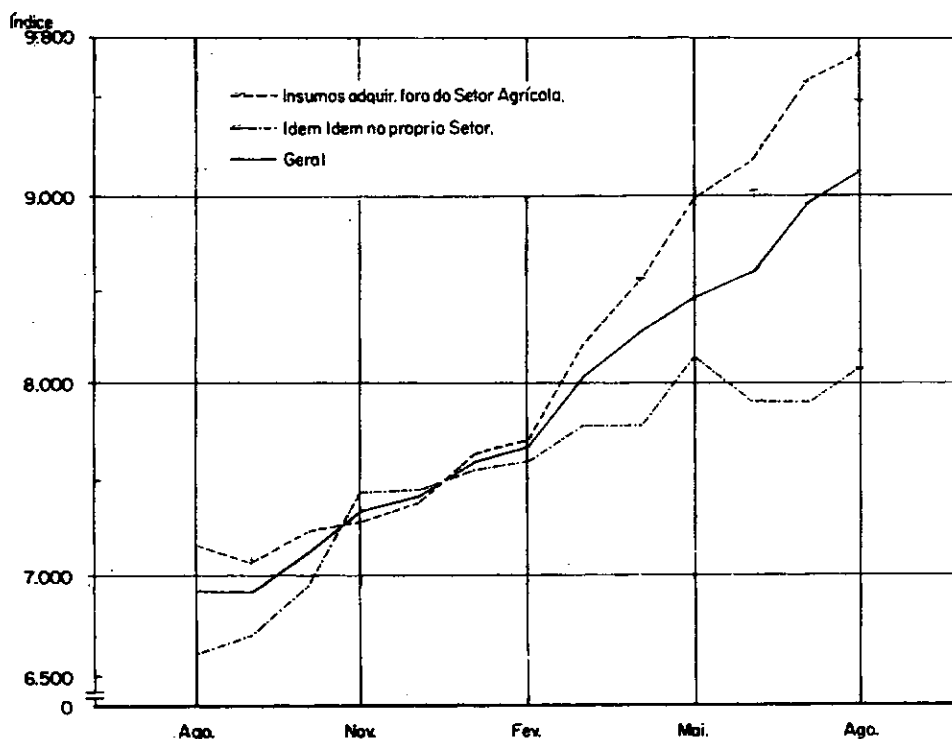


FIGURA 2.- Evolução dos Preços Pagos pela Agricultura Paulista, agosto de 1975 a agosto de 1976.
Base: 1961-62=100

Considerando-se os acréscimos de 4,77% no índice geral de preços recebidos pelos agricultores e de 1,68% no índice geral de preços pagos pela agricultura, tem-se uma elevação de 3,03% no índice de paridade, que atinge um nível de 134,13 (figura 3). Também o índice de paridade entre preços recebidos/preços pagos por insumos adquiridos fora do setor agrícola apresentou-se acrescido (2,98%) neste mês de agosto, alcançando o valor de 125,56.

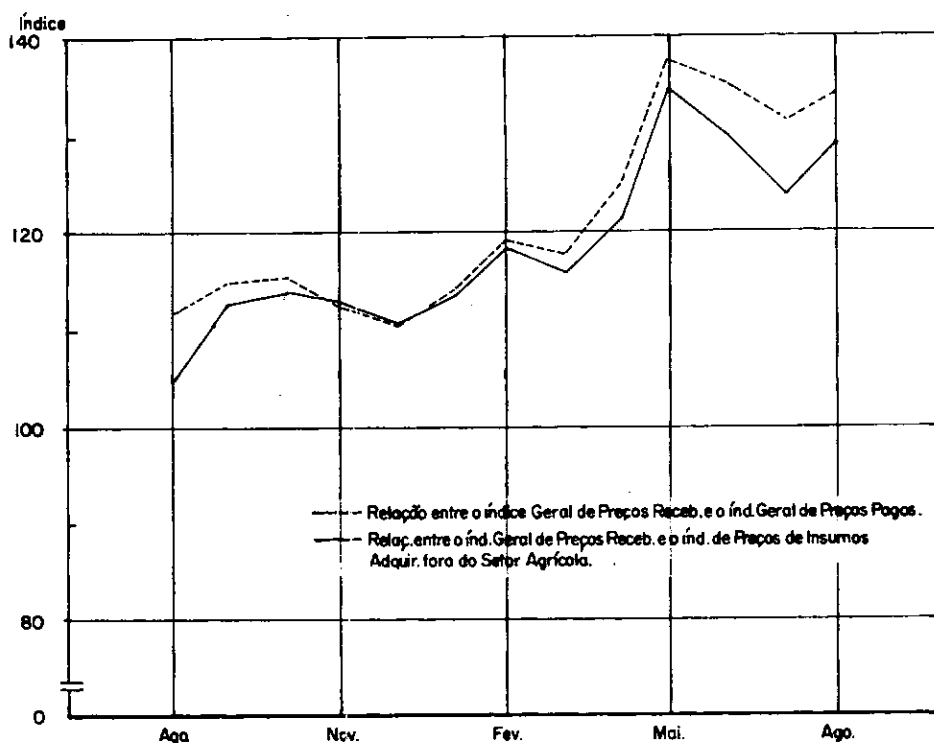


FIGURA 3.- Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, agosto de 1975 a agosto de 1976.
Base: 1961/62

Crédito Rural

A distribuição percentual do crédito rural no Estado de São Paulo (quadro à página 34), em junho, mostrou que a DIRA de Ribeirão Preto comprometeu quase 25% do total dos recursos contratados no mês, enquanto Campinas e Marília alocaram cerca de 15% cada uma; Sorocaba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, pouco mais de 8%; Araçatuba e São Paulo, pouco mais de 7%, Bauru e Vale do Paraíba entre 2 e 3% do total.

No que diz respeito às finalidades, destaca a comercialização, com quase a metade dos recursos, percentual este esperado para esta época do ano. Tanto os financiamentos de custeio como de investimento ficaram com os seus valores percentuais em volta dos 26%.

Marília colocou-se em 1º lugar na distribuição de recursos para custeio agrícola, uma vez que dos 14% do total estadual, essa região ficou com mais da metade, vindo em 2º lugar São Paulo com menos de 2%, seguindo-se Campinas e Sorocaba, a

cima de 1%, Ribeirão Preto com quase 1%; as demais DIPAs com pequena participação, especialmente São José do Rio Preto.

A região de São Paulo colocou-se em primeiro lugar na distribuição de crédito para custeio à pecuária (2,7%), seguida por Ribeirão Preto 2,4%, Campinas e Presidente Prudente com mais de 1%, Araçatuba com 1%, as demais ficando abaixo de 1%.

Ribeirão Preto apresenta destaque na comercialização agrícola, alocando quase a metade dos recursos totais destinados ao Estado em junho para esta finalidade. Segue-lhe Campinas, com pouco mais de 7%, enquanto as DIRAs de Araçatuba, Bauru e Vale do Paraíba tiveram índices inferiores a 1%. Na comercialização pecuária a maior participação coube à Araçatuba, com mais de 4%, seguida por Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente mais de 3%.

Os investimentos destinados à pecuária contratados em junho decresceram em relação ao mês anterior, passando o índice relativo de 82 para 75. Apresentaram evolução positiva em relação ao mês anterior apenas o Vale do Paraíba, Presidente Prudente e Campinas (quadro 1). Dentre todas as DIRAs que sofreram quedas em seus índices, ressalta-se a de Bauru, cujo índice passou de 144 em maio para 37 em junho.

QUADRO 1. - Evolução do Índice do Valor dos Contratos de Investimentos Pecuários, Estado de São Paulo, 1976 (1)

DIRA	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Araçatuba	100	126	114	47	79	30
Bauru	100	28	31	18	144	37
Campinas	100	108	57	169	97	123
Marília	100	101	128	97	136	71
Presidente Prudente	100	108	95	118	86	166
Ribeirão Preto	100	73	66	84	93	74
São José do Rio Preto	100	59	69	82	58	57
São Paulo	100	159	107	73	103	96
Sorocaba	100	38	30	58	24	21
Vale do Paraíba	100	85	123	199	129	207
Total	100	79	72	86	82	75

(1) Índice simples, janeiro = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

As DIRAs de Bauru, Presidente Prudente e Ribeirão Preto comprometeram este mês acanhados recursos para investimento agrícola comparados aos de janeiro (quadro 2). A DIRA do Vale do Paraíba é a que apresenta melhor desempenho no índice de investimento agrícola em relação a janeiro, tendo atingido o índice 499 no período em análise.

QUADRO 2. - Evolução do Índice de Valor dos Contratos de Financiamentos para Investimento Agrícola, Estado de São Paulo, 1976 ⁽¹⁾

DIRA	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Araçatuba	100	136	139	168	300	249
Bauru	100	42	51	38	83	47
Campinas	100	146	134	140	214	175
Marília	100	95	147	117	130	144
Presidente Prudente	100	52	50	35	29	48
Ribeirão Preto	100	47	89	75	96	78
São José do Rio Preto	100	117	74	133	126	132
São Paulo	100	111	346	253	209	159
Sorocaba	100	118	169	166	162	292
Vale do Paraíba	100	39	201	324	391	499
Total	100	78	103	96	116	117

⁽¹⁾ Índice simples, janeiro = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

O quadro 3 apresenta a evolução do valor dos saldos dos refinanciamentos concedidos pela Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em São Paulo, que atingiu Cr\$ 5.773,5 milhões em agosto, representando um incremento de 2,9% em relação ao mês anterior e 92% em relação ao saldo inicial de janeiro, contra um acréscimo de 59% em igual período de 1975. Os refinanciamentos concedidos aos bancos comerciais dentro de programas de crédito rural tiveram seu saldo mensal elevado de 2,4%, atingindo a cifra de Cr\$ 4.452,5 milhões, enquanto os redescontos destinados a atender as aplicações em comercialização de produtos agrícolas alcançaram os Cr\$ 1.321,00 milhões, ou seja, um acréscimo de 4,9% em relação a julho.

Se bem os refinanciamentos e redescontos concedidos pela Delegacia Regional do Banco Central do Brasil não se refiram a aplicações feitas exclusivamente na área da sua jurisdição - no caso os estados de São Paulo e Mato Grosso - não repre-

QUADRO 3. - Evolução do Saldo dos Refinanciamentos e Redescontos Concedidos pela Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em São Paulo, 1975-76
(milhões de cruzeiros)

Mês	1975				1976			
	Valor			Índice ⁽¹⁾	Valor			Índice ⁽¹⁾
	Programas de Crédito Rural	Comercialização agrícola	Total		Programas de Crédito Rural	Comercialização agrícola	Total	
Jan.	2.025,0	62,5	2.087,5	110	3.204,2	-	3.204,2	106
Fev.	2.040,4	65,5	2.105,9	111	3.351,6	-	3.351,6	111
Mar.	2.092,2	120,0	2.212,2	117	3.604,5	226,9	3.831,4	127
Abr.	2.229,2	342,8	2.572,0	136	3.988,4	726,9	4.715,3	157
Mai.	2.353,2	506,3	2.859,5	151	3.972,7	1.243,5	5.216,2	173
Jun.	2.424,3	600,3	3.024,6	160	4.243,4	1.238,4	5.481,8	182
Jul.	2.414,1	649,4	3.063,5	162	4.350,2	1.259,2	5.609,4	186
Ago.	2.364,2	642,3	3.006,5	159	4.452,5	1.321,0	5.773,5	192
Set.	2.481,5	383,7	2.865,2	151
Out.	2.489,4	209,0	2.698,4	142
Nov.	2.775,3	-	2.775,3	146
Dez.	3.008,5	-	3.008,5	159

(¹) Índice simples, primeiro de janeiro = 100.

Fonte: Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em São Paulo.

sentando também a única fonte repassadora desses recursos em São Paulo, são eles um bom indicador do volume aplicado. Pode-se mesmo afirmar que explicam cerca de 68% da variação observada na evolução do saldo dos financiamentos concedidos pelos bancos comerciais à agropecuária no Estado de São Paulo. Infere-se, assim, que as aplicações desses bancos no setor agropecuário paulista deverão crescer, em 1976, a taxas bastante superiores às observadas em 1975, não significando isto, que os empréstimos contratados em 1976 se expandam em igual ritmo.

Segundo informações da Presidência do Banco do Brasil, veiculadas pela imprensa, o saldo dos empréstimos efetivados por essa instituição financeira ao setor privado, até agosto de 1976, evoluiu de 33,4% nos primeiros 8 meses do ano, enquanto os empréstimos à agropecuária cresceram de 36,4% em igual período, atingindo, respectivamente, Cr\$ 178.530 milhões e Cr\$ 97.173 milhões. Segundo se informa, o orçamento monetário prevê uma expansão de 41,4% nos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, devendo o crédito rural crescer a taxa de 45,5% em 1976, diante do que se pode estimar que o saldo das aplicações dessa instituição financeira à agropecuária brasileira deverá atingir Cr\$ 103.621 milhões em dezembro deste ano, contra os Cr\$ 71.947 milhões alcançados em 1975. Tais dados estão, portanto, a indicar que a principal instituição financeira do País dispõe ainda de um fluxo líquido de Cr\$ 6.448 milhões para aplicações no setor rural. Assim, nos primeiros oito meses do ano as aplicações cresceram de Cr\$ 25.956 milhões de cruzeiros, representando 80% do acréscimo líquido previsto para 1976, o que está de acordo com a distribuição estacional dessas aplicações, que perfizeram 82% do total em 1975 e 74% em 1974.

Estes dois indicadores mostram que os recursos alocados para aplicação no crédito rural tem crescido mais que proporcionalmente ao índice geral de preços. A atual política de reciprocidade adotada por instituições financeiras nas operações de crédito rural é injustificável, uma vez que se tratam de aplicações compulsórias, de boa rentabilidade face à composição com recursos de reduzido custo repassados pelo Banco Central, e de elevada reciprocidade natural. Neste quadro de referência, realçam alguns pontos de grande importância: a) pequenos e médios produtores não ser alijados do mercado de crédito; b) serão reduzidos substancialmente os recursos líquidos para aplicações efetivas no setor; e c) uma vez que as aplicações do Banco do Brasil no custeio da produção terão no orçamento monetário apenas um balizador e não um limite, este banco deverá responder por parcela ainda maior das aplicações efetivadas no setor, desalojando novamente os bancos comerciais. Se bem as estatísticas não irão apontar este fato, a sua comprovação poderá recomendar uma reformulação da sistemática da execução da política de crédito rural, com sensível prejuízo aos bancos comerciais e à evolução que já se realizou no Sistema Nacional

de Crédito Rural.

Os quadros das páginas 35 a 38 apresentam o número e valor dos financiamentos efetivados, no primeiro trimestre de 1976, no Estado de São Paulo, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Verifica-se por esses dados que naquele período foram formalizados 96.625 financiamentos no valor de Cr\$ 5.311 milhões, o que representa um incremento de 39% no número e de 67% no valor contratado. Do total, 35%, ou seja, Cr\$ 1.840 milhões, destinam-se ao custeio da produção, 30% ou Cr\$ 1.573 milhões aos investimentos e os restantes 35%, representando Cr\$ 1.898 milhões, à comercialização. Com relação ao número de contratos, os referentes ao custeio da produção perfizeram 42%, os de investimento cerca de 20%, ficando para a comercialização 38%. Em idêntico período do ano anterior essa distribuição, em número de contratos, foi de respectivamente 42%, 19% e 39% para custeio, investimento e comercialização; quanto ao valor a distribuição correspondente é 43%, 25% e 32%. Esses números indicam idêntica distribuição no número de contratos nos dois períodos, mas com notável diferenciação em seus valores, uma vez que a participação do custo decaiu em relação ao total, em virtude do incremento nos recursos destinados a investimento e, em menor grau, à comercialização. Para isto deve ter contribuído, de um lado, o grande incremento no preço real das máquinas e equipamentos agrícolas e de outro o maior volume da produção comercializada em 1976.

Cesta de Mercado

Registrou-se em agosto uma taxa de aumento da despesa média da família paulistana, da ordem de 5,6% em relação ao mês de julho (quadro à página 30). O acréscimo acumulado para 1976 atingiu 31,0% e, para os últimos 12 meses, 43,5%.

O crescimento observado em agosto se apresenta como o segundo mais alto do ano, inferior apenas ao do mês de fevereiro (quadro 4). Apesar do elevado índice de aumento, nota-se que a partir de junho de 1976 vem ocorrendo uma diminuição no crescimento percentual acumulado de 12 meses.

QUADRO 4. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, São Paulo, 1976

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1975	Mesmo mês de 1975
Jan.	3,4	3,4	35,6
Fev.	5,8	9,4	42,3
Mar.	2,8	12,6	42,5
Abr.	2,3	15,2	42,6
Mai.	4,9	20,9	47,3
Jun.	1,1	22,2	47,1
Jul.	1,5	24,1	45,0
Ago.	5,6	31,0	43,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A análise dos produtos, segundo seus grupos, indica uma elevação mais acentuada para os produtos de origem animal do que para os de origem vegetal, ambos apresentando, entretanto, valores elevados. A taxa de crescimento do grupo de produtos básicos (constituído por doze produtos de origem vegetal e 3 de origem animal) foi inferior a dos dois grupos anteriormente mencionados.

As variações percentuais, em agosto de 1976, no custo dos produtos de origem vegetal e básicos foram inferiores aos do mês de agosto do ano anterior, observando-se o contrário para os produtos de origem animal (quadro 5).

Os maiores aumentos em agosto foram registrados para outras frutas (29,1%), leite (14,5%), tomate (13,9%) e aves (12,1%). Decrêscimos foram registrados para poucos produtos entre os quais alface (-8,2%), banana (-3,2%) e outros tubérculos (-2,3%).

A partir deste mês serão publicados os preços médios mensais no varejo de mais 18 produtos.

QUADRO 5. -Variações Percentuais dos Custos de Alimentação de Produtos de Origem Vegetal e Origem Animal e Produtos Básicos na Cesta de Mercado, São Paulo, 1975-76

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Produtos básicos	
	1975	1976	1975	1976	1975	1976
Jan.	2,3	4,0	4,0	2,4	4,1	5,2
Fev.	-0,3	9,1	2,7	0,3	1,4	5,4
Mar.	2,8	2,3	2,4	4,4	1,6	3,8
Abr.	3,5	4,0	0,3	-0,9	3,2	4,3
Mai.	1,3	7,1	2,3	0,6	1,2	5,3
Jun.	1,1	1,8	1,5	-0,2	1,4	-0,5
Jul.	4,2	1,6	1,0	1,2	2,4	0,3
Ago.	10,4	5,1	0,6	6,6	6,1	3,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.